

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

EDUARDO MONTEIRO DE LIMA

**FORMAÇÃO CONTINUADA: PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA (OLHARES, SABERES E PRÁTICAS)**

MACEIÓ/AL 2019.

EDUARDO MONTEIRO DE LIMA

**FORMAÇÃO CONTINUADA: PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA (OLHARES, SABERES E PRÁTICAS)**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador/a: Elione Maria Nogueira Diógenes.

MACEIÓ/AL 2019.

EDUARDO MONTEIRO DE LIMA

**FORMAÇÃO CONTINUADA: PROGRAMA ESCOLA DE
GESTORES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
(OLHARES, SABERES E PRÁTICAS)**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 09/10/2019.

Orientador: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (CEDU/UFAL).

Comissão Examinadora



Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (CEDU/UFAL)



Profa. MSc. Geisa Carla Gonçalves Ferreira (CEDU/UFAL)



Profa. MSc. Vanessa Sátiro dos Santos ((CEDU/UFAL)

FORMAÇÃO CONTINUADA: PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA (OLHARES, SABERES E PRÁTICAS)

Discente: Eduardo Monteiro de Lima
eduardmonteirolima@gmail.com

Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes
elionend@uol.com.br

RESUMO

Após os anos de 1990 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 / 1996, o contexto de formação continuada brasileira aos poucos se ajusta frente às novas demandas sociais no que diz respeito a promoção de uma educação básica pública com qualidade social. Nessa perspectiva, diferentes iniciativas e programas surgem no contexto educação básica com o intuito de se propiciar uma formação continuada que garanta, partindo de um princípio de gestão democrática inclusiva, prevista na Constituição Federal de 1988, a partir dos avanços tecnológicos, a exploração dos conhecimentos científicos historicamente construídos com o objetivo de compartilhar saberes e experiências essenciais para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Nesse sentido, esse trabalho é resultante de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, realizada no Programa de Iniciação à Pesquisa Científica (PIBIC) entre 2018-2019, visou o estudo dos cursos de formação continuada para os gestores das escolas de educação básica, tomando como objeto de estudo a formação continuada dentro do Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública (PNEGEB) do Ministério da Educação (MEC), cujo interesse foi o de refletir o Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública (2007-2019), percebendo olhares, saberes e práticas. Os resultados apontam que o programa contribuiu muito para a formação de gestores escolares no contexto brasileiro, entretanto, demonstram um distanciamento de investimento nas universidades federais públicas por meio das constantes mudanças de governo e que refletem no tocante ao acesso e permanência, formação inicial e programas de formação continuada sendo um alarmante fator de inclusão social. Tais aspectos acentuam a necessidade de políticas públicas mais amplas e efetivas no tocante a formação dos gestores na perspectiva da inclusão social, a partir da gestão democrática além do acesso às novas tecnologias

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Formação Continuada, Gestores Escolares.

1 INTRODUÇÃO

A escola do século XXI está diante de grandes desafios, como: a) a inclusão educacional de pessoas com deficiências no contexto da educação especial; b) a

educação das populações ribeirinhas, comunidades indígenas e quilombolas; c) a responsabilidade de reintegração social em relação ao crescente público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, ainda, situar-se enquanto espaço de respeito diversidade e inclusão ao público LGBTQIA+¹ que compõe grande parte da sociedade.

Cabe à escola e ao gestor² que está a frente desse trabalho educativo, refletir sobre seu campo de atuação, pensar em uma educação contextualizada, seja na região do campo, no semiárido ou nos grandes centros urbanos que estejam além da tentativa de resolução dos problemas estruturais e organizacionais, mas que tenha um caráter científico e político para a formação humana dos sujeitos ali presentes.

Uma gestão democrática, conforme se propõe no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, no artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), partindo do princípio de trabalhar atitudes em que, envolve toda a comunidade escolar (direção, professores, pais, alunos, equipe pedagógica e demais funcionários) e participando no processo de descentralização das tomadas de decisões coletivas da escola, torna-se necessária quando cada sujeito reconhece sua importância dessas ações.

A necessidade de formação continuada para gestores é algo imprescindível pois, assim como a sociedade avança, a escola e os gestores precisam acompanhar tais progressos, a fim de orientar a comunidade escolar e ressignificar o trabalho educativo. Com as evoluções sociais e científicas, diante de cenário tecnológico potencialmente desenvolvido e globalizado, muitas soluções no contexto da educação vieram para beneficiar e propiciar desenvolvimento às sociedades por meio do compartilhamento de informações.

¹ Significado da sigla: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Poli, e mais.

² Profissional responsável por toda a unidade de ensino, estabelece funções como gerenciamento, direcionamento de funcionários e criação de estratégias para que o ambiente tenha um bom nível de ensino e aprendizado.

Nesse processo, a escola e as demais instituições se adequaram a era da modernidade e da modalidade de Educação a Distância³ (EAD) por meio dos cursos de formação, especialização e pós-graduação com o intuito de minimizar os altos índices de analfabetismo e contribuir para a universalização do ensino público básico com qualidade, enquanto direito social. Com tais avanços sociais e tecnológicos no ensino, e o processo de formação continuada, assumem um formato à distância ou semipresencial, ocupando grande parte desse cenário, pois como nos afirma Gatti (2008, p.57):

À parte as discussões conceituais, no âmbito das ações dirigidas e qualificadas explicitamente para esse tipo de formação, vê-se que, sob esse rótulo, se abrigam desde cursos de extensão de natureza bem diversificada até cursos de formação que outorgam diplomas profissionais, seja em nível médio, seja em nível superior. Muitos desses cursos se associam a processos de educação a distância, que vão do formato totalmente virtual, via internet, até o semipresencial com materiais impressos. (GATTI, 2008, p.57).

No âmbito da construção de uma educação de qualidade a partir da perspectiva de formação continuada percebe-se que:

Nos anos recentes, o governo federal, detectando a grande dispersão e a fragmentação das políticas docentes no país, bem como os descompassos entre os programas de formação para o magistério a cargo das Instituições de Ensino Superior (IES) e o seu pífio resultado diante das demandas da Educação Básica, tomou uma série de iniciativas político-institucionais, com vista a sua promoção e articulação. Particularmente no âmbito das instituições públicas, procurando assegurar, no discurso oficial, uma educação de qualidade como direito de todos." (RODRIGUEZ; SILVA, 2015, p.563).

A partir da década de 1990 nota-se um investimento crescente quanto a formação continuada para professores que atuam na rede pública básica de ensino. No tocante aos gestores, refletidos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB -Lei 9.394 / 1996) surge a criação de programas pelo Ministério da Educação (MEC) que:

³ É uma forma de ensino/aprendizagem mediados por tecnologias que permitem que o professor e o aluno estejam em ambientes físicos diferentes. A Educação a Distância foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, do Ministério da Educação, regulamentando o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entre outras disposições, determina que a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. Caberá também à União regulamentar requisitos para realização de exames e para registro de diplomas relativos ao curso.

Também tomaram impulso nas políticas de governos propostas de aprimoramento de gestores. O Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) em parceria com os estados, vem sendo implementado desde 2001 e já foi desenvolvido, com maior ou menor amplitude, em todos os estados do país. (GATTI, 2008, p.60).

Souza (2016) em sua tese discute sobre os avanços a partir da criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Decreto Lei nº 6.094, que consolida a articulação e o compromisso da união em melhoria da educação básica pública brasileira quando nos afirma que:

O Plano de Desenvolvimento de Educação - PDE foi criado pelo ministro da educação Fernando Haddad no governo Lula em 2007 e constitui-se em um conjunto de ações e metas para melhorar a educação básica do Brasil em todas as suas etapas, elevando o nível da educação ao dos países desenvolvidos em um período de 15 anos. Assim, desde seu lançamento, a previsão é que até o ano de 2022, essa política tenha resolvido os problemas sobre a qualidade da educação no país. (SOUZA, 2016, p.144)

Em consonância com a autora, e a partir dessa iniciativa, fica claro o caminho e as possibilidades para a construção de uma política pública de formação continuada para professores e gestores que se evidenciam quando trata que o Programa Nacional Escola de Gestores de Educação Básica Pública (PNEGEB), criado em 2004, sendo este disciplinado institucionalmente em 2009, passando a ser gerenciado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC)⁴ e integrando as ações do Plano de Metas, como uma ação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)⁵.

O artigo primeiro da Portaria Ministerial nº 145/2009 que disciplina legalmente o (PNEGEB), ressalta e caracteriza o mesmo como um Programa que pode ofertar “cursos de formação continuada voltada para a gestão escolar, de acordo com as

⁴ A Secretaria de Educação Básica zela pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

⁵ É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. O PDE-Escola constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro.

necessidades das escolas e dos profissionais de educação dos sistemas de ensino de educação básica pública”. (BRASIL,2015, p.144). Sendo esse pautado a partir de princípios como o de uma gestão democrática, formação em serviço através da educação a distância.

É essencial acompanhar o progresso no âmbito das atuais políticas públicas do contexto educacional, tornando-se evidente por meio da elaboração das emendas constitucionais alguns (des)avanços, em contraste ao pacto social que se propõe a Constituição Federal de 1988 o surgimento da conhecida PEC⁶ da Morte (PEC 241/2016) rompe com o pacto, afetando, também a atualização de conhecimentos dos gestores por meio desses programas.

Entendemos a importância dessa formação contínua para gestores escolares a partir das novas demandas sociais, avanços tecnológicos, estando, o mesmo, passível a diferentes campos de atuação pautados a partir de uma gestão escolar democrática⁷ que valorize as singularidades e especificidades dos alunos nas diferentes regiões brasileiras.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de pensar e refletir sobre a qualidade nos processos da formação continuada advindas das políticas públicas da educação por meio dos programas que foram desenvolvidos nos últimos anos, que assumem a responsabilidade de construir um modelo de gestão e consequentemente de educação referenciada com o intuito de construir uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Este trabalho, portanto, é resultante de uma pesquisa bibliográfica exploratória realizada no interior do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica

⁶ Proposta de Emenda Constitucional é um projeto com intuito de fazer modificações dentro da Constituição Federal. É um instrumento de grande importância para a democracia. O objetivo é fazer alterações sem a necessidade de elaborar uma nova constituição.

⁷ Constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada de acordo com o surgimento de paradigmas emergentes. Possui três pilares essenciais para se concretizar enquanto fazer coletivo: a) descentralização: A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada. b) Participação: devem participar todos os envolvidos no cotidiano escolar (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade ao redor da escola). c) Transparência: Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/glossario/gestao-democratica/>> Acesso em: 15. out. 2019.

(PIBIC) entre o período de 2018-2019, construído a partir da orientação da Prof^a. Dr.^a Elione Maria Nogueira Diógenes⁸ atuante na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Refletiu sobre o PNEGEB nos períodos de 2007-2019 em consulta aos projetos dos cursos, inventariando as principais instituições de nível superior que ofertam cursos de formação continuada no Brasil, e ao mesmo tempo, recolhendo dados descritivos sobre o planejamento dos cursos de formação continuada para gestores escolares, identificando possíveis aspectos no tocante a qualidade dos cursos dessa formação continuada para os gestores escolares no contexto brasileiro, com o intuito de analisar e construir olhares, saberes e práticas no tocante às experiências dos cursos ofertados.

Assim, o apresentamos na seguinte estrutura: 1) introdução em que aborda a escola enquanto espaço plural e de transformações sociais; a educação a distância e a perspectiva da formação continuada na óptica do PNEGEB. 2) Alguns aspectos que caracterizam o PNEGEB ofertado pelo MEC. 3) Metodologia debruçada sobre o levantamento bibliográfico exploratório realizado no Banco de Teses e Dissertações da Plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acerca da literatura existente sobre o programa a partir das 31 universidades parceiras. 4) Resultados, que apresentam reflexões sobre algumas obras do PNEGEB além do Anuário Brasileiro da Educação Básica Pública (2008) que indicam a necessidade de pensar sobre políticas públicas de formações continuadas efetivas, partindo da necessidade de acompanhar, através da escola, os avanços sociais na busca da construção de uma sociedade democrática e inclusiva. 5) Considerações finais na qual revela as contribuições para ampliação do olhar sobre o cenário dos processos de formação dos gestores escolares no Brasil bem como para carreira profissional a acadêmica enquanto estudante de pedagogia, por fim as referências utilizadas para a elaboração do presente trabalho.

⁸ Professora do Centro de Educação da Ufal (CEDU-UFAL) e Pós-graduação em Educação (PPGE-UFAL) orientando em nível mestrado e doutorado. Também líder do Grupo de Pesquisa em Políticas da Educação (GEPE).

2 ASPECTOS DO PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA (PNEGEB)

Segundo as informações obtidas através do Portal do MEC, o PNEGEB faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e surgiu da necessidade de se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições públicas de ensino, buscando assim, qualificar os gestores das escolas da educação básica pública, a partir do oferecimento de cursos de formação a distância. A formação dos gestores é realizada por uma rede de universidades públicas, parceiras do MEC.

Objetivos Gerais do Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública (PNEGEB)
→ Formar, em nível de especialização (lato sensu), gestores educacionais efetivos das escolas públicas da educação básica, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional.
→ Contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social.

Ainda segundo as informações obtidas no portal do MEC, com o resultado dessa iniciativa, o MEC espera a melhoria dos índices educacionais das escolas e municípios atendidos.

No tocante ao seu histórico o PNEGEB integra um conjunto de ações que teve início, em 2005, com o curso-piloto de extensão em gestão escolar (100 horas), ofertado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O projeto do curso-piloto foi desenvolvido por um grupo de

especialistas em educação a distância de notório saber⁹ na área de educação. A meta do projeto-piloto – etapa 1 – foi envolver 400 gestores, com exercício em escolas públicas.

Em 2006, o programa passou a ser coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), dando início ao Curso de Pós-graduação (lato sensu) em Gestão Escolar, com carga horária de 400 horas, destinado a diretores e vice-diretores, em exercício, de escola pública da educação básica. Em 2009, o programa implementou o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica, carga horária de 405 horas, para coordenadores pedagógicos e/ou profissionais que exercem função equivalente que e integram a equipe gestora da escola de educação básica nas diferentes regiões brasileiras.

Em 2010, lançou o Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar, com carga horária de 200 horas, este curso destina-se aos profissionais de instituições públicas de educação básica da equipe gestora: Diretor e Vice-Diretor, ou o equivalente, nos diferentes sistemas de ensino. Hoje, os cursos estão sendo operados sob a responsabilidade de 31 Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), atendendo a totalidade dos estados e do Distrito Federal.

Nesse sentido, visando um melhor entendimento sobre como se estrutura as especializações, o primeiro curso, intitulado **Curso de Especialização em Gestão Escolar**¹⁰ surge com o objetivo, segundo informações do seu projeto¹¹, de formar em nível de especialização gestores educacionais das escolas públicas da Educação Básica, além de contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar básica com qualidade social, visando contribuir com a formação efetiva dos mesmos, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem tal educação escolar básica..

⁹ Sem especificações quanto a esse tipo de formação no portal do Ministério da Educação na página do PNEGEB.

¹⁰ Seguindo com uma matriz curricular específica e que varia de acordo com o curso, a formação desse curso tem três eixos vinculados entre si: o direito à educação e a função social da escola básica; políticas de educação e gestão democrática da escola; projeto político-pedagógico e práticas democráticas da gestão escolar, contribuindo para a proposta de uma gestão democrática nas escolas.

¹¹ Projeto dos cursos disponibilizados no portal MEC através do link: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/cursos>>.

O programa é componente do Compromisso Todos Pela Educação, um plano de metas que integra o **Plano de Desenvolvimento da Educação**¹² (PDE - 2006) e diz respeito à mobilização em torno da melhoria da educação básica no Brasil, contribuindo para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas escolas dos sistemas de ensino, constituindo-se como um curso semipresencial e de responsabilidade das universidades federais brasileiras, sendo utilizada a plataforma MOODLE¹³, como os demais cursos que compõem o PNEGEB.

O segundo curso analisado, intitulado de **Curso de Pós-graduação em Coordenação Pedagógica** que, segundo seu projeto¹⁴, pauta-se no estudo sobre as temáticas: Gestão Democrática, Cultura e Currículo, Processos de Ensino-Aprendizagem, Comunicacionais, Planejamento e Avaliação que se articulam sobre Organização do Trabalho Pedagógico, encontra-se integrado à coordenação SEB/MEC. O mesmo tem como principal objetivo, segundo o projeto proposto, formar em nível de pós-graduação lato sensu, coordenadores pedagógicos que atuam em instituições públicas de educação básica, visando a ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem.

O curso de formação continuada e pós-graduada de profissionais apresenta uma proposta para aqueles que atuam em equipes de gestão pedagógica nas escolas públicas de educação básica, em parceria com as instituições de nível superior na modalidade de ensino a distância (EaD).

¹² Decreto nº. 6094, disponível através do link:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>.

¹³ É um software livre de apoio à aprendizagem, pode ser instalado em várias plataformas que consigam executar a linguagem php tais como Unix, Linux, Windows, MAC OS. Como base de dados podem ser utilizados MySQL, PostgreSQL, Oracle, Access, Interbase ou ODBC. Seu desenvolvimento é de forma colaborativa por uma comunidade virtual, a qual reúne programadores, designers, administradores, professores e usuários do mundo inteiro e está disponível em diversos idiomas. Mais informações em:

<<https://www.moodlelivre.com.br/tutoriais-e-dicas/potal/tutoriais-e-dicas-moodle/o-que-e-moodle>>

Acesso: 15 Ago. 2019.

¹⁴ Projeto dos cursos disponibilizados no portal do Ministério da Educação (MEC) através do link <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/cursos>>.

O terceiro curso analisado, intitulado **Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar**, apresenta como contribuição a qualificação do gestor escolar, por meio da formação continuada em serviço, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação, pretendendo¹⁵ democratizar ainda mais o acesso a novos espaços e ações formativas, com vistas ao fortalecimento da escola pública como direito social básico, possibilitando, dentre outros pontos: maior flexibilidade na organização e desenvolvimento dos estudos; fortalecimento da autonomia intelectual no processo formativo; acesso às novas tecnologias da informação e comunicação; interiorização dos processos formativos garantindo o acesso daqueles que atuam em escolas distantes dos grandes centros urbanos.

O documento norteador dos cursos consiste na Resolução nº 24 de 16/08/2010, estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas, de estudo e de pesquisa, a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de bibliográfica, fundamentada no PNEGEB, buscando contribuir com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. (LIMA; MIOTO, 2007, p.44).

Este trabalho, que ocorreu no primeiro ciclo do PIBIC nos anos de 2018 à 2019, foi realizado a partir das buscas em periódicos com as universidades parceiras, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior¹⁶

¹⁵ Segundo informações obtidas no portal do MEC sobre o referido curso.

¹⁶ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de

(CAPES), no banco de teses e dissertações dos cursos, tendo em vista encontrar as edições realizadas pelas universidades federais e suas respectivas obras, buscando visualizar a (des)continuidade do programa escola de gestores. Vale ressaltar que:

No ano de 2005, PNEGEB inicia suas ações com a oferta de um projeto piloto ofertando 400 vagas para o curso de extensão em gestão escolar para gestores em exercício de escolas estaduais e municipais em dez estados brasileiros, sendo eles o Ceará, Pernambuco, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o município de Palmas no Tocantins." (SOUZA, 2016, p.142)

Levando em consideração a evolução do programa com o passar dos anos que inicialmente foi realizado, a partir de um projeto piloto em parceria com com 10 universidades, diante das novas buscas realizadas no portal do MEC sobre informações, constatamos 31 universidades federais parceiras:

Universidade Federais brasileiras parceiras do PNEGEB
Universidade Federal do Acre
Universidade Federal de Alagoas
Universidade Federal do Amazonas
Universidade Federal do Amapá
Universidade Federal da Bahia
Universidade de Brasília
Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal de Goiás
Universidade Federal do Maranhão
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Universidade Federal do Mato Grosso
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Oeste do Pará
Universidade Federal do Pará

suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acesoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes>>.

Universidade Federal de Paraíba
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Rondônia
Universidade Federal de Roraima
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal de São Carlos
Universidade Federal de Sergipe
Universidade Federal do Tocantins
Universidade Federal de Uberlândia
Universidade Federal de Viçosa

Fonte: Portal do MEC.

Caracterizando um amplo contexto brasileiro na perspectiva de formação continuada, destacamos a partir de Souza (2016), outro fator que também nos chama a atenção, que é o pequeno quantitativo de 33 produções encontradas sobre o PNEGEB no Brasil, institucionalizados dentre as ações da política de formação para gestores escolares, considerando o universo de “13.516” registros sobre o descritor relacionado à “formação de professores” (SOUZA; 2016, p.183), até o dado ano de realização da e conclusão de sua tese.

A partir do que foi exposto, fez-se necessário o levantamento de produções científicas, com os principais periódicos bem como a criação de quadros representativos, demonstrados ao longo do trabalho para mapear os avanços do PNEGEB nos diferentes pólos anteriormente mencionados.

Surge, assim, a necessidade de realizar um mapeamento sistematizado dos cursos ofertados entre os anos de 2007 - 2019 no Brasil, apresentando alguns dados das categorias de: regiões, universidades participantes, curso ofertados, edições e produções científicas encontradas.

Na região centro-oeste temos a Universidade de Brasília, que ofertou os cursos de Especialização em Gestão Escolar e de Especialização em Coordenação Pedagógica, no período 2010 - 2011, na qual nenhuma obra foi encontrada. Na sequência, temos a Universidade Federal do Mato Grosso com a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar, não sendo possível identificar o ano de edição e conclusão do mesmo. Entretanto, enquanto produção científica foi encontrado (01) artigo. Em seguida, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que encontra-se na mesma situação da universidade anteriormente mencionada, sem identificação da edição e com apenas (01) artigo.

Na região Nordeste, tem-se a Universidade Federal de Alagoas, que ofertou o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2012 - 2014, onde não foi localizado nenhum artigo científico; a Universidade Federal da Bahia, que ofertou os cursos de Especialização em Gestão Escolar e de Especialização em Coordenação Pedagógica nos períodos de 2007 - 2008; 2010 - 2011; 2012 - 2013; 2014 - 2015, no qual foram encontrados (01) livro; (01) Tese e (01) Dissertação; a Universidade Federal/Estadual do Ceará, que ofertou o curso de Especialização em Gestão Escolar nos períodos de 2007 - 2008; 2014 - 2016 no qual foram encontradas (01) Tese ; (01) Dissertação; (03) artigos;

Em continuidade temos a Universidade Federal do Maranhão que ofertou os cursos de Especialização em Gestão Escolar e em Coordenação Pedagógica nos períodos de 2008 - 2009; 2010 - 2011 na qual foram encontradas (01) Dissertação; (02) artigos; a Universidade Federal da Paraíba, que ofertou o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2010 - 2012, na qual foram encontradas (02) Dissertações; (01) artigo; na Universidade Federal de Pernambuco foi ofertado o Curso de Especialização em Gestão Escolar nos períodos de 2007 - 2008; 2008 - 2009 e encontrados: (01) Tese e (02) artigos;

Na Universidade Federal do Piauí foi ofertando o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2007 - 2008, encontrada (01) Dissertação; na

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi ofertado o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2010 - 2012, encontrado (01) Tese e (01) artigo; na Universidade Federal de Sergipe que havia ofertado o Curso de Especialização em Coordenação pedagógica no período de 2014 - 2015, nenhuma obra foi encontrada.

Na região Norte: a Universidade Federal do Acre havia ofertado o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2012 - 2013, contando apenas com (01) artigo, enquanto produção científica; Universidade Federal do Amapá, que ofertou o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2008 - 2010, na qual não foi encontrada nenhuma obra, assim como a Universidade Federal do Amazonas, que ofertou os cursos de Especialização em Gestão Escolar e Especialização em Coordenação Pedagógica nos períodos de 2009 - 2010; 2011 - 2012; na Universidade Federal do Oeste do Pará foram oferecidos os cursos de Especialização em Gestão Escolar e de Especialização em Coordenação Pedagógica, no período de 2013 - 2014; 2015 - 2016 no qual encontramos (02) Livros; (01) Dissertação; (01) artigo; Na Universidade Federal de Rondônia foi ofertando o Curso de Especialização em Gestão Escolar, no período de 2008 - 2009, onde encontramos (01) Livro; na Universidade Federal de Roraima que ofertou o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2010 - 2011, nenhuma obra foi encontrada.

Temos a Universidade Federal do Oeste do Pará que ofertou os cursos de Especialização em Gestão Escolar e de Especialização em Coordenação Pedagógica nos períodos de 2013 - 2014; 2015 - 2016 na qual encontramos (02) Livros; (01) Dissertação; (01) artigo. Na Universidade Federal do Pará não conseguimos obter informações; na Universidade Federal do Tocantins foram ofertados os cursos de Especialização em Gestão Escolar e de Especialização em Coordenação Pedagógica, no período de 2010 - 2011, sendo identificado (01) artigo.

Na região Sudeste temos a Universidade Federal do Espírito Santo, que ofertou o Curso de Especialização em Gestão Escolar, no período de 2007 - 2012 na qual foi encontrado (01) Livro; na Universidade Federal de Minas Gerais (Viçosa - Uberlândia - Juiz de Fora) foi ofertado o Curso de Especialização em Gestão

Escolar nos períodos de 2008 - 2009; 2010 - 2011; 2012 - 2014, sendo encontrados (01) Livro; (01) Tese; (01) Dissertação; (05) artigos; na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que ofertou o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica no período de 2008 - 2016, mas nenhuma obra foi encontrada; na Universidade Federal de São Carlos, foi ofertado o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2008 - 2009, e foram encontrados (02) artigos.

Na região Sul: na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que havia ofertado os cursos de Especialização em Gestão Escolar e de Especialização em Coordenação Pedagógica, entre os períodos de 2007 - 2008; 2009 - 2010; 2012 - 2013; 2014 - 2015, sendo encontrados (02) Livros e (01) artigo; na Universidade Federal do Paraná, que ofereceu o Curso de Especialização em Gestão Escolar no período de 2008 - 2010, sendo encontrados (02) Dissertações e (01) artigo.

Desse modo, o primeiro quadro exposto abaixo nos mostra o quantitativo de obras encontradas dos cursos ofertados pelo Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública entre os anos de 2007 - 2019 no contexto brasileiro.

Quantitativo de obras encontradas dos cursos ofertados pelo Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública entre os anos de 2007 - 2019 no Brasil	
Artigos Científicos	24
Dissertações	11
Teses	05
Livros	10

Fonte: o autor (2019).

Analisando o quadro acima, percebemos que no período de 12 anos, a produção acadêmica referente à temática das nossas pesquisas, diante da ampla área de conhecimento a ser explorado, que é a educação, na qual envolvem os processos gestão e coordenação educacional das escolas públicas, nos diversos contextos brasileiro, suas singularidades e especificidades, a partir dos resultados do programa No tocante a produção de novos conhecimentos científicos,

entende-se que no âmbito da educação, as crises políticas governamentais têm afetado as universidades com a ausência de investimentos de custeio.

Referente a quantidade de obras produzidas por região temos: Centro-oeste (02); Nordeste (20); Norte (11); Sudeste (11) e por fim a região Sul (06) totalizando um número de 50 publicações referentes ao programa. Fica demonstrado que as regiões Centro-oeste e Sul seguem com poucas publicações referente às experiências desenvolvidas pelo Programa Escola de Gestores em contraste com as demais regiões do país.

4 RESULTADOS

No tocante ao conteúdo das obras acadêmicas, de modo geral, é visível que as mesmas compreendem, em sua maioria, como relatos das experiências no processo de implantação/execução dos cursos, nas diferentes regiões brasileiras, deixando uma lacuna de dúvida existente quanto a qualidade dos cursos que foram ofertados pelo PNEGEB. Estudos que comprovem a partir de uma avaliação por parte do programa a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas, pelas quais os gestores foram capacitados e que, dentre outros aspectos, são de fundamental importância para a compreensão da atual realidade educacional.

Refletindo sobre a qualidade educativa pública e social em que se encontra o país, constitui-se, assim, um amplo território de pesquisa na busca por novos resultados e conseqüentemente novos investimentos para a continuidade do programa a partir das constantes mudanças de governos. Contudo, a partir da forma como se constituem os projetos dos cursos aqui expostos e da discussão proposta, a pesquisa toma um redimensionamento a compreensão dos produtos/obras que estavam disponíveis no portal do MEC, resultado de algumas edições dos cursos ofertados por instituições de nível superior no Brasil. Desse modo, dentre as produções analisadas, destacamos 03 (três) a serem discutidas:

1. Formação a distância para Gestores Escolares da Educação Básica: Olhares sobre uma experiência do Rio Grande do Sul.

2. Gestão Escolar: Enfrentando desafios cotidianos em escolas públicas.
3. Democracia, Formação e Gestão Escolar: Reflexões e Experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo.

Na primeira obra, composta por 18 (dezoito) trabalhos construídos pelos cursistas ao decorrer do curso, organizada por Maria Beatriz Gomes da Silva e Maria Luiza Rodrigues Flores, publicado em Porto Alegre no ano de 2014 pela editora Evangraf, nota-se que, segundo as organizadoras:

O programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, instituído pelo Ministério da Educação e realizado em parceria com ampla rede de universidades públicas, tem fundamento na concepção de que é preciso reforçar a formação dos profissionais em efetivo exercício nas escolas estaduais e municipais para que se possam, junto de suas respectivas comunidades em processo de diálogo e solidariedade constituintes dos sistemas de ensino, construir um novo padrão organizacional e de gestão da educação brasileira. Em curso de pós-graduação, aproveitando as tecnologias digitais de informação e comunicação, articulam-se lugares de prática, encontram-se saberes da escola e da universidade para produzir novos conhecimentos. O projeto de educação democrática (sobre)vive. (SILVA; FLORES; PORTO, 2014, p. 08).

Percebe-se uma variedade de informações em relação às obras, suas estrutura e conteúdos que se assemelham no tocante a como eram desenvolvidas as formas avaliativas dos cursos em diferentes regiões brasileiras. O primeiro livro¹⁷ trata-se de uma publicação que objetivou socializar reflexões de três edições dos cursos. Estando organizado em duas partes, a primeira composta por sete artigos referente a estrutura dos curso, salas ambientes e seus pressupostos teórico-metodológicos, escrita em parceria por docentes e coordenadores das diferentes salas e por professores.

Na segunda parte da obra são apresentados onze artigos elaborados em coautoria por um(a) orientador(a) de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) podendo ser realizado por mais de um cursista, focando em um eixo temático do curso. É notório reflexões sobre as experiências de pesquisa-ação nos diferentes espaços escolares oriundas dos Projetos de Intervenções (PI's) bem como a elaboração ou revisão do Projeto Político-pedagógico (PPP) da instituição de origem.

¹⁷ Segundo análise da apresentação da obra.

A segunda obra¹⁸ analisada é composta por 14 (quatorze) trabalhos divididos em capítulos, organizada por Maria Lilia Imbiraba Souza Colares, Juraci Machado Pacífico e George Queiroga Estrela, publicado pela editora CRV em Curitiba, no ano de 2009. Destacam que:

A obra reúne um conjunto de textos alguns dos quais resultantes dos Trabalhos de Conclusão de Curso de estudantes da Especialização em Gestão Escolar, modalidade EaD, vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica MEC/SEB parceria com a SEDUC/RO e UNDIME/RO. Há também textos elaborados por professor-pesquisadores vinculados a Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Em todos eles o diferencial se encontra na abordagem que procura articular as reflexões teóricas com as situações concretas, e como este novo encontro deve ser proveitoso e prol do enfrentamento dos problemas com os quais se deparam os gestores escolares nos anos de 2008 e 2009. (COLARES; PACÍFICO; ESTRELA, 2009, p. 05).

Os capítulos da obra resultam em relatos dos projetos de intervenção desenvolvidos e reflexões escritas por docentes e especialistas em gestão escolar que atuam como profissionais da educação no Estado de Rondônia. Torna-se visível que em sua grande maioria o diferencial se encontra na abordagem, que visa articular as reflexões teóricas com as situações concretas, e como este encontro deve ser proveitoso em prol do enfrentamento dos problemas com os quais se deparam os gestores escolares.

A terceira obra analisada é composta por 13 (treze) trabalhos organizados por Cleonara Maria Schwartz, Gilda Cardoso de Araújo e Paulo da Silva Rodriguez, publicado pela editora Vitória: GM, 2º edição em 2010, que segue na mesma óptica de que as obras anteriores, apontando que:

Dentre os trabalhos apresentados pelos alunos, destacamos aqueles que abordam temáticas importantes, que precisam ser colocadas em discussão no ambiente escolar, tais como: a elaboração do projeto político-pedagógico, gestão democrática participativa, qualidade do ensino, políticas públicas de educação, formação continuada, conselho escolar, entre outras vivenciadas no cotidiano da escola. (SCHWARTZ et al, 2010, p.07).

Assim, torna-se visível o quão significativa foi a experiência para cada integrante dos cursos, nas diferentes universidades parceiras do PNEGEB, o montante de obras, os contextos analisados e a qualidade expressa no protagonismo de sujeitos no processo de reflexão. E nesse movimento, desenvolver novas práticas com o intuito de melhorar o desempenho das escolas através da

¹⁸ Com base nas informações contidas na apresentação.

reformulação do Projeto Político-Pedagógico, torna-se crucial para avançar no âmbito de um trabalho educativo que possa transformar realidades sociais.

Na busca por obras atuais e diante da vasta quantidade encontrada percebemos que na Universidade Federal Alagoas, também sede do PNEGEB no período de 2012-2014, em específico na Revista da Pós-graduação “Debates em Educação”, a presença de duas publicações: A primeira no vol. 10 entre Mai/Ago. de 2018 com o trabalho intitulado “Gestão Escolar no Contexto Maranhense: A formação continuada do coordenador pedagógico em discussão.” por alunas da Universidade Federal do Maranhão. A segunda no vol. 11 entre Jan/Abr. de 2019 o trabalho intitulado “Política de Formação Continuada para Gestores Escolares no Brasil: Um recorte do cenário ludovicense no período de 2002-2008.” também realizada no contexto Maranhense e nenhum outro trabalho resultante da própria edição do curso.

Se por um lado é perceptível a ausência de produções sobre a experiência do PNEGEB no Estado de Alagoas, é possível destacar ações por meio da Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED) por meio do “Guia Prático de Gestão Escolar da rede municipal de ensino de Maceió: orientações para a formação continuada de gestores escolares” publicado em 2016, iniciativas que propõe e viabilizam um tipo formação específica, partindo de alguns princípios semelhantes aos que norteia o PNEGEB, mas que não está relacionado ao programa desenvolvido pela universidade.

Entendemos que a direção das escolas públicas brasileiras são ocupadas por gestores, e que os mesmos são professores ou atuam na coordenação pedagógica, como também a importância da formação contínua nesse contexto, o Anuário da Educação Básica Pública¹⁹ publicado em 2019 referente às metas do Plano Nacional de Educação PNE apresenta que:

¹⁹ O Anuário Brasileiro da Educação Básica foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino no Brasil. Sua organização, com base nas 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) tem esse mesmo objetivo, facilitando a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas.

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (ABEB, 2019, p. 102).

Enfatizando ainda, a necessidade de se formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Apresentando que, apesar disso, ainda há desafios relevantes: no Brasil, 37,8% dos docentes não possuíam titulação em grau superior compatível com as disciplinas que lecionavam nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2018. O mesmo ocorreu com 29,2% dos educadores do Ensino Médio. Os dados apontam, também, para o predomínio da participação da rede privada: em 2018, 70,4% dos concluintes de cursos de graduação da área de Educação se formaram fora do sistema de universidades públicas." (ABEB, 2019, p. 102).

Os dados apresentados acima demonstram um distanciamento no que diz respeito a investimentos nas universidades federais públicas através das constantes mudanças de governo e que refletem sobre o acesso e permanência, formação inicial e programas de formação continuada, sendo um alarmante fator de inclusão social. Tais aspectos acentuam a necessidade políticas públicas mais amplas e efetivas no tocante a formação dos gestores na perspectiva inclusão social a partir da gestão democrática além do acesso às novas tecnologias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente, ao longo dos últimos anos, os altos índices de abandono escolar e conseqüentemente de baixos níveis de escolaridade, o que reflete em desemprego e exclusão social de grande parte da população brasileira. Além disso, diante de um cenário social de divisão de classes articulado a uma perspectiva

meritocrática educacional que avança de um lado e, por outro que se reforça as constantes mudanças de políticas de governo e de Estado, faz-se necessário a reflexão sobre qual é o projeto de formação humana que vem sendo preparado para docentes no âmbito a formação continuada e que reflete nos alunos das escolas públicas brasileiras.

Esta pesquisa possibilitou uma ampliação do olhar sobre a temática de formação continuada de professores e conseqüentemente gestores no âmbito das políticas públicas, trazendo curiosidades e reflexões sobre as práticas contidas a partir dos diversos programas que foram criados sob essa perspectiva e em específico o PNEGEB.

Sobre a formação contínua para gestores escolares em território nacional junto ao programa, percebemos que a mesma se constituiu como uma importante ferramenta para entender a realidade do contexto educativo por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) e buscar atender, através de uma política institucional de gestão democrática, as especificidades de cada escola ressignificando saberes e práticas em conjunto com a comunidade escolar visando sempre um ensino público com qualidade social.

A partir da visualização dos resultados da pesquisa, percebe-se também, que a formação inicial de professores, encontra-se em precariedade devido a descontinuidade do programa nos últimos anos, e esse aspecto compromete a ampliação de novas possibilidades de se promover um ensino com maior qualidade através da gestão nas escolas públicas.

Este trabalho contribuiu significativamente para trilhar novos horizontes em relação a carreira profissional e acadêmica, acreditamos que essa pesquisa serve como um referencial para outras buscas em que possamos refletir em relação aos diferentes sujeitos protagonistas no processo educativo.

REFERÊNCIAS

Anuario da Educacao Basica Publica de 2019 - Disponível em https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em 01.jul.2019.

Escola de gestores da educação básica : democracia, formação e gestão escolar: reflexões e experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo / Cleonara Maria Schwartz, Gilda Cardoso de Araujo, Paulo da Silva Rodrigues (orgs). — Vitória: GM, 2ª edição - 2010.

Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul / Maria Beatriz Gomes da Silva e Maria Luiza Rodrigues Flores (Orgs.). Porto Alegre : Evangraf, 2014.

GATTI, Bernardete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

GESTÃO ESCOLAR: ENFRENTANDO OS DESAFIOS COTIDIANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS (Orgs.). Maria Lília Imbiriba Souza Colares, Juracy Machado Pacifico, George Queiroga Estrela. Editora CRV Curitiba 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

RODRIGUEZ, Vicente; SILVA, Domingos Pereira da. **Formação Continuada em serviço em contextos descentralizados.** Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 553-574, set.-dez., 2015.

SOUZA, Raquel Aparecida. **Formação de professores/coordenadores pedagógicos a partir do Programa Nacional Escola de Gestores: a experiência no Tocantins.** 2016. xv, 270 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.